



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

APOSTILA Nº 03 AO CONTRATO Nº 01/2019.

APOSTILA N. 03 AO CONTRATO N. 01/2019 (evento [0386835](#))

PROCESSO SEI N. [0001281-02.2018.6.22.8000](#)

PREGÃO ELETRONICO N. 53/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 102/2018

APOSTILA N.03 AO CONTRATO N. 01/2019, CELEBRADO ENTRE A UNIÃO, POR MEIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, E A EMPRESA DSS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA, CNPJ 03.627.226/0001-05, cujo objeto é a prestação de serviços de suporte aos usuários e às equipes de gestão de infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação (TIC) do TRE-RO (Unidades de Serviços Técnicos – USTs), conforme especificações, termos e condições contidas no Contrato mencionado.

A Ilustríssima Senhora Diretora Geral da Secretaria do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, LIA MARIA ARAÚJO LOPES, e consoante Despacho n. 133/2022 - PRES/DG/GABDG, de 09/02/2022 (evento [0788812](#)), RESOLVE expedir a presente apostila, com fundamento no artigo 65, §8º, da Lei n. 8.666/93, no artigo 40, XI, c/c o art. 55, III, da Lei n. 8.666/93 e na Subcláusula Primeira da Cláusula Décima Sétima do Contrato supramencionado, para:

I - Registrar o 3º reajuste ao valor do Contrato 01/2019 (evento [0386835](#)) no percentual de 10,74% (dez inteiros e setenta e quatro centésimos por cento), decorrente da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, aferido no período de novembro de 2020 a novembro de 2021, com efeitos financeiros sobre o Contrato mencionado a partir de 20 de novembro de 2021 (considerando que a apresentação da proposta da empresa Contratada a este TRE-RO se deu em 20/11/2018, conforme se verifica nos

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

eventos [0362964](#), [0365219](#) e [0367180](#)), percentual esse que corresponde ao valor de R\$ 292.320,00, conforme detalhamento abaixo:

Tabela 1: Quantidades e valores estimados para o período de vigência do Contrato (30 meses)

Especificação	Quantidade Estimada de UST	Preço Unitário Atual (Conf. apostila no evento 0665267)	Preço Total Estimado Atual (A)	Preço Unitário Reajustado	Preço Total Estimado com Reajuste (B)	Diferença (B-A)
Item único: Serviços de suporte aos usuários e às equipes de gestão de infraestrutura tecnológica do TRE-RO	72.000	R\$ 37,81	R\$ 2.722.320,00	R\$ 41,87	R\$ 3.014.640,00	R\$ 292.320,00
Despesas indenizáveis	Diárias	N/A	R\$ 146.050,00	N/A	R\$ 146.050,00	0,00
* Não há previsão de reajuste	Passagens	N/A	R\$ 16.250,00	N/A	R\$ 16.250,00	0,00
VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO (UST + DESPESAS INDENIZÁVEIS)			R\$ 2.884.620,00		R\$ 3.176.940,00	R\$ 292.320,00

Tabela 2: Quantidades e valores estimados para 12 meses

Especificação	Quantidade Estimada	Preço Unitário	Preço Total Estimado Atual (A)	Preço Unitário Reajustado	Preço Total Estimado	Diferença (B-A)
----------------------	----------------------------	-----------------------	---------------------------------------	----------------------------------	-----------------------------	------------------------

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	de UST	Atual		do	Reajustado (B)	
Item único: Serviços de suporte aos usuários e às equipes de gestão de infraestrutura tecnológica do TRE-RO	28.800	R\$ 37,81	R\$ 1.088.928,00	R\$ 41,87	R\$ 1.205.856,00	R\$ 116.928,00
Despesas indenizáveis	Diárias	N/A	R\$ 58.420,00	N/A	R\$ 58.420,00	0,00
* Não há previsão de reajuste	Passagens	N/A	R\$ 6.500,00	N/A	R\$ 6.500,00	0,00
VALOR TOTAL ESTIMADO PARA 12 MESES			R\$ 1.153.848,00		R\$ 1.270.776	R\$ 116.928,00

Fonte: Solicitação 01/2022-PRES/DG/STIC/COSUPUE (evento [0780900](#) do Processo SEI respectivo).

II – O impacto financeiro deste reajuste sobre o total contratado é de R\$ 292.320,00 (duzentos e noventa e dois mil trezentos e vinte reais).

III - O presente reajuste deve ser aplicado a partir de 20/11/2021, correndo a despesa à conta do Orçamento da Justiça Eleitoral de Rondônia, Fonte de Recurso: 0100000000 e Natureza da Despesa 339040, conforme Nota de Empenho n. 2022NE000141, de 11/02/2022.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

IV - Com o presente reajuste, o valor total atualizado do contrato (para eventual cômputo de acréscimos e supressões - Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93) passa a ser de R\$ **3.176.940,00** (três milhões, cento e setenta e seis mil e novecentos e quarenta reais), conforme detalhamento no Anexo I deste instrumento:

V - Para assegurar a plena execução deste ajuste, **a Contratada deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a assinatura deste instrumento, complementação da GARANTIA no valor de R\$ 14.616,00** (quatorze mil e seiscentos e dezesseis reais), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do presente reajuste, em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei 8.666/93, e nos termos do art. 56, § 2º, da Lei 8.666/93 e da Cláusula Nona do Contrato originário.

VI - Ficam mantidas todas as demais cláusulas do Contrato TRE-RO 01/2019 que não tenham sido alteradas por Apostilas e/ou por Termos Aditivos.

VII - A presente Apostila passa a fazer parte integrante do Contrato supra, como se nele estivesse transcrita.

Porto Velho/RO, 14 de fevereiro de 2022.

LIA MARIA ARAÚJO LOPES

Diretora-Geral do TRE-RO

ANEXO I DA APOSTILA N. 03 AO CONTRATO N. 01/2019

HISTÓRICO DA CONTRATAÇÃO

Histórico do Contrato: informações sobre o Contrato inicial e de cada Aditivo/Apostila:

Contrato/Aditivo/Apostila (Valores, objetos e datas de assinatura e de vigência)	Valor inicial do contrato e valor de cada aditivo/apostila	Percentual de acréscimo/supressão realizado em cada aditivo em relação ao valor inicial do
---	---	---

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

		contrato (Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93)
Contrato n. 01/2019, assinado em 30/01/2019 – Volume VIII do PA (evento n. 0386835). Vigência de 30 meses, a contar de 07/03/2019. Valor total que constou no contrato: R\$ 2.689.500,00. Garantia: R\$ 134.475,00.	R\$ 2.689.500,00	-
Apostila n. 1, assinada em 10/02/2020 – Volume XI do PA (evento n. 0502304). Reajuste de 3,27% referente ao acumulado do IPCA em novembro/2018 a novembro/2019, com efeito a contar de 20/11/2019. Valor que constou na apostila 1: R\$ 82.800,00. Garantia: R\$ 4.140,00	R\$ 82.800,00	-
Apostila n. 2, assinada em 1º/03/2021 – Volume XIII do PA (evento n. 0665267). Reajuste de 4,31% referente ao acumulado do IPCA em novembro/2019 a novembro/2020, com efeito a contar de 20/11/2020. Valor que constou na apostila 2: R\$ 112.320,00. Garantia: R\$ 5.616,00.	R\$ 112.320,00	-
Termo Aditivo n. 1, assinado em 05/08/2021 – Volume XIV do PA (evento	R\$ 2.884.620,00	-

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

n. 0722605): I - Prorrogação por mais 30 meses, a contar de 08/09/2021 até 08/03/2024; e II - Inclusão de Subcláusula 3ª e alínea na Cláusula Décima do Contrato 01/2019. Garantia: R\$ 144.231,00		
Apostila n. 3, assinada em __/02/2022 – Volume XIII do PA (evento n. 0791486). Reajuste de 10,74% referente ao acumulado do IPCA em novembro/2020 a novembro/2021, com efeito a contar de 20/11/2021. Valor que constou na apostila 3: R\$ 292.320,00 Garantia: R\$ 14.616,00	R\$ 292.320,00	-

*Eventuais divergências nas somas são decorrentes de arredondamento de casas decimais em cálculos envolvendo dízimas periódicas.

VALOR ATUALIZADO CONTRATO PARA EVENTUAL CÔMPUTO DE ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES – Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 – Plenário.	R\$ 3.176.940,00
PERCENTUAL TOTAL DE ACRÉSCIMOS JÁ REALIZADOS NESTA CONTRATAÇÃO EM RELAÇÃO AO VALOR ATUALIZADO CONTRATO – Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 – Plenário.	0,00%



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 14/02/2022, às 17:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0791486** e o código CRC **C8D3701B**.

0001281-02.2018.6.22.8000

PROCESSO: 0001281-02.2018.6.22.8000

INTERESSADO: SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

ASSUNTO: Reajuste *strito sensu* no Contrato 01/2019.

PARECER JURÍDICO Nº 18 / 2022 - PRES/DG/AJDG

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo no qual, após regular processo licitatório, efetivou-se a contratação da empresa DSS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 03.627.226/0001-05, para o fornecimento de unidades de serviços técnicos – UST, a fim de prestar suporte aos usuários e às equipes de gestão de infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) deste Tribunal Regional Eleitoral – TRE/RO, pelo prazo de 30 (trinta) meses, a contar de 07/03/2019, conforme Contrato nº 01/2019 ([0386835](#)).

02. De acordo com ofício nº 001/2022 ([0782210](#)) a contratada solicitou reajuste, com aplicação do Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE), no percentual acumulado de 10,74% (dez inteiros e setenta e quatro centésimos por cento), uma vez que já existe previsão contratual e o preenchimento do requisito temporal ocorreu em novembro de 2021.

03. A cerca disto, o titular da Coordenadoria de Suporte e Urnas Eletrônicas – COSUPUE, unidade gestora do contrato, tendo



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

conferido e atestado o percentual solicitado, manifestou-se pela concessão do reajuste solicitado, informando não haver necessidade do reforço/suplementação da nota de empenho para cobrir a despesa e que a despesa foi devidamente inscrita na proposta orçamentária do exercício de 2022, sob o plano interno TIC APOIO. Constatou também a unidade COSUPUE, a manutenção das condições de habilitação com a aferição da regularidade fiscal da empresa contratada. E, encaminhou os autos à Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade – SAOFC para formalização do reajuste pleiteado, conforme informações prestadas na Solicitação nº 1/2022 – PRES/DG/STIC/COSUPUE ([0780900](#)).

04. O secretário da SAOFC, por meio do Despacho nº 112/2022 – PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0782360](#)), considerando o constante na solicitação do gestor, remeteu os autos à COFC para programação orçamentária, à SECONT para elaboração da minuta da apostila, e posteriormente, a esta AJDG para análise e emissão de parecer jurídico. Por último, determinou o retorno dos autos ao gabinete da referida secretaria para demais providências.

05. Prosseguindo a instrução para a concessão do reajuste, a COFC juntou aos autos a Programação Orçamentária ([0782510](#)) e a Seção de Contratos a minuta da Apostila nº 03 ao Contrato nº 01/2019 ([0786750](#)) procedeu-se a remessa dos autos a esta Assessoria ([0786751](#)). **É o necessário relato.**

II – ANÁLISE JURÍDICA

06. A pretensão da contratada tem amparo no **art. 55, III, da Lei nº 8.666/1993**, o qual determina a estipulação de critérios periódicos de reajuste, tendo estes sido reproduzidos expressamente nas **subcláusulas primeira e segunda da Cláusula Décima Sétima** do ajuste administrativo:

Subcláusula Primeira – Os preços dos serviços objeto do contrato, desde que observado o interregno mínimo de um ano, contado do orçamento da proposta - data limite para apresentação da proposta (art. 3º, § 1º da Lei n. 10.192/2001 e Acórdão TCU n. 19/2017 - Plenário) ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, contado da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados para preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato (art. 40, XI, c/c o art. 55, III, da Lei n. 8.666/93), adotando-se a variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, ante a ausência de índice setorial específico para serviços de tecnologia da informação.

Subcláusula Segunda – Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação do CONTRATADO.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

07. O Manual de Licitações e Contratos do TCU – 4ª Edição, às fls. 704, orienta:

Para concessão de reajuste, o marco inicial conta-se da **data da apresentação da proposta** ou da data do orçamento a que a proposta referir-se, conforme previsto no edital e no contrato, **ou ainda do último reajustamento**. (sem grifo no original)

08. A contratada solicitou a aplicação do reajuste de preços no percentual de **10,74%** (dez inteiros e setenta e quatro centésimos por cento) pelo IPCA-IBGE, consoante preconiza a regra contratual mencionada, a fim de repor perdas inflacionárias do período entre novembro de 2020 a novembro de 2021 ([0782210](#)).

09. Nesse sentido, resta verificado o preenchimento do período aquisitivo para a aplicação do reajuste, pois foi decorrido um ano da data limite para apresentação da proposta que, no caso em comento, foi definida no Edital do certame ([0356676](#)) que precedeu o Contrato nº 1/2019 como sendo **20/11/2018**. Desta forma, o íterim que deve ser cumprido para o terceiro reajuste em análise é de **20/11/2020 a 20/11/2021**.

10. Importa destacar o **poder-dever** de a Administração manter íntegra a equação econômico-financeira do contrato, haja vista que o reajustamento previsto se configura em obrigação, e não mera faculdade da Administração. Nesse sentido:

DECISÃO TCU N. 425/2002 – PLENÁRIO:

13.2 É requerida pela empresa a modificação da expressão "poderá ser reajustada" por "será reajustada", (item 27 do edital, folha 86) constando também a fórmula de reajuste correspondente.

(...)

13.4 Entendemos procedente a solicitação, visto que a Lei n.º 8.666/93, em seu artigo 55, determina, não faculta, o reajustamento dos preços contratuais, sua periodicidade e o estabelecimento da fórmula utilizada para tal correção. Ou seja, a Administração tem a obrigação e não a faculdade de adotar os procedimentos mencionados. Desse modo, deve ser determinada a correção do edital."

(...)

O Tribunal Pleno, diante das razões expostas pelo Relator, DECIDE:

(...)

8.2. determinar ao DNER que, no contrato decorrente da Tomada de Preços n.º 034/2001, introduza, por meio de termo aditivo, as seguintes alterações, de modo a adequá-lo à legislação em vigor:

(...)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

b) na cláusula referente a reajuste, substituir a expressão "poderá ser reajustada" por "será reajustada", em atendimento ao artigo 55, III, da Lei n.º 8.666/93;

11. O TCU e a AGU, claramente responsabilizam a Administração pela aplicação automática do reajuste em sentido estrito nos contratos administrativos, vejamos texto do **Parecer nº 02/2016/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU**:

(...)

39. A automaticidade do reajuste significa, em outras palavras, que a sua concessão não demanda a prévia comprovação, pelo contratado, da alteração de cada um dos custos envolvidos na execução do contrato; **ao revés, a ocorrência da variação de custos é presumida, e a sua correção se dá por meio da mera aplicação periódica aos preços contratados dos índices oficiais previamente estabelecidos em edital e contrato, consoante uma fórmula matemática prevista nesses instrumentos. Para tanto, há que se aferir, apenas, a variação acumulada do índice previsto nos 12 (doze) meses anteriores à data-base do reajuste.**

(...)

41. O TCU, inclusive, já admitiu o caráter automático do reajuste em sentido estrito, aduzindo que **"A diferença entre repactuação e reajuste é que este é automático e deve ser realizado periodicamente, mediante a simples aplicação de um índice de preço, que deve, dentro do possível, refletir os custos setoriais. Naquela, embora haja periodicidade anual, não há automatismo, pois é necessária a demonstração da variação dos custos do serviço"** (Acórdão nº 1374/2006- TCU - PLENÁRIO).

42. Nessa esteira, considera-se que, uma vez estabelecido em edital e pactuado entre as partes no âmbito do contrato administrativo, **o reajuste deve ser automática e periodicamente realizado pela própria Administração contratante, e de ofício, não sendo exigível prévio requerimento ou solicitação por parte do contratado.**

43. Trata-se, em realidade, do simples e regular cumprimento, pela Administração, da cláusula contratual que estabelece o reajuste por índices dos preços inicialmente contratados e em última análise, do próprio edital e da legislação de regência.

(...)

12. Em vista disso, levando em consideração a solicitação do gestor na Solicitação 1 ([0780900](#)), não há óbice jurídico para a recomposição da equação econômico-financeira dos valores do Contrato nº 01/2019, fundamentado no art. 55, III, da Lei nº 8.666/1993.

III – CONCLUSÃO

13. Dessa forma, esta Assessoria julga devida à aplicação do reajuste contratual no patamar 10,74% (dez inteiros e setenta e quatro centésimos por cento) referente aos meses de novembro de 2020 a novembro de 2021.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

14. Em análise formal aos termos da minuta de Apostila nº 03 ao Contrato nº 01/2019 ([0786750](#)), percebe-se que o referido instrumento, encontra-se em **conformidade** com as regras da Lei nº 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, **não havendo reparos a fazer nessa seara**, estando apto, portanto, a produzir todos os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração, motivo pelo qual esta Assessoria Jurídica manifesta sua **APROVAÇÃO**, para cumprimento do parágrafo único do artigo 38, da Lei nº 8.666/93.

15. Há demonstração nos autos da **situação de regularidade** da empresa **DSS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA.**, conforme certidões juntadas e sintetizadas na tabela 4 da Solicitação 1 ([0780900](#)).

16. Importa destacar que será necessária a notificação da contratada para apresentar complementação da garantia contratual, com base nos valores atualizados do contrato, conforme delineado no **item V da minuta de Apostila contratual**.

17. Calha anotar, por fim, que esta unidade jurídica analisou apenas os **aspectos jurídicos do ato em discussão**, tendo excluído aqueles de índole material associados ao objeto, cálculos e índices, em razão da sabida falta de atribuição legal para tanto.

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 04/02/2022, às 16:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0787811** e o código CRC **F69DC388**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROCESSO: 0001281-02.2018.6.22.8000

INTERESSADO: SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

ASSUNTO: Reajuste contratual – Contrato n. 1/2019 – Contratada DSS

SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA.

DESPACHO Nº 133 / 2022 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo no qual, após regular processo licitatório, efetivou-se a contratação da empresa DSS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 03.627.226/0001-05, para o fornecimento de unidades de serviços técnicos – UST, a fim de prestar suporte aos usuários e às equipes de gestão de infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) deste Tribunal Regional Eleitoral – TRE/RO, pelo prazo de 30 (trinta) meses, a contar de 07/03/2019, conforme Contrato nº 01/2019 ([0386835](#)).

A contratada, mediante Ofício nº 001/2022 ([0782210](#)), solicitou reajuste, com aplicação do Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE), no percentual acumulado de 10,74% (dez inteiros e setenta e quatro centésimos por cento), uma vez que já existe previsão contratual e o preenchimento do requisito temporal ocorreu em novembro de 2021.

Nos termos da Solicitação n. 1/2022 – PRES/DG/STIC/COSUPUE ([0780900](#)), a unidade gestora da contratação informa à Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade – SAOFC ter conferido e atestado o percentual solicitado, manifestando-se pela concessão do reajuste. Comunicou não haver necessidade do reforço/suplementação da nota de empenho para cobrir a despesa, tendo em vista que a despesa foi devidamente inscrita na proposta orçamentária do exercício de 2022, sob o plano interno TIC APOIO. Demonstrou a manutenção das condições de habilitação com a aferição da regularidade fiscal da empresa contratada.

O Secretário de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade - SAOFC, por meio do Despacho n. 112/2022 - PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0782360](#)), encaminhou o feito à **COFC**, para programação orçamentária dessa possível despesa referente ao reajuste em questão; à **SECONT**, para elaboração da minuta da apostila do contrato; e à Assessoria Jurídica desta Diretoria-Geral - AJDG, para



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

análise e emissão de parecer jurídico quanto a reajuste pleiteado e minuta da apostila.

Em cumprimento ao Despacho n. 112/2022 ([0782360](#)), a COFC juntou programação orçamentária no valor de R\$ 105.898,00 (cento e cinco mil oitocentos e noventa e oito reais), informando que tal valor pré-empenhado (2022PE000055 - evento [0782507](#)) refere-se a um doze avos do montante solicitado, em razão da liberação do Orçamento 2022 nessa mesma fração, uma vez que o projeto da LOA ainda não foi sancionado ([0782510](#)).

A SECONT juntou a minuta de Apostila n. 03 ao Contrato n. 01/2019 ([0786750](#)), remetendo à Assessoria Jurídica desta Diretoria-Geral para análise ([0786751](#)).

A AJDG emitiu o Parecer Jurídico nº 18/2022 ([0787811](#)), no qual entende devida a aplicação do reajuste no patamar de 10,74% (dez inteiros e setenta e quatro centésimos por cento) referente ao período de novembro de 2020 a novembro de 2021. Por fim, aprovou os termos da minuta de Apostila n. 03 ao Contrato nº 01/2019 ([0786750](#)), em cumprimento ao art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93. Ressaltou, ainda, a necessidade de complementação da garantia pela contratada, conforme delineado no **item V da minuta de Apostila contratual**.

Por sua vez, a SAOFC manifestou-se pelo deferimento do reajuste ao valor do Contrato n. 1/2019 ([0386835](#)), decorrente da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, aferido no período de novembro de 2020 a novembro de 2021, com efeitos financeiros sobre o Contrato mencionado a partir de 20 de novembro de 2021, inc. III do art. 55 da Lei nº 8.666/1993 (Manifestação n. 53/2022 - evento [0788056](#)).

Vieram os autos para apreciação desta Diretora-Geral.

Inicialmente, registra-se que embora tenha sido publicada a Lei 14.133, de 1º de abril de 2021 (a nova Lei de Licitações e Contrato Administrativo), seu artigo 191 combinado com o art. 193 permite a utilização da Lei 8.666/93 até o decurso do prazo de dois anos após sua publicação, momento este que ocorrerá a revogação daquela lei. Neste sentido, no curso deste despacho manter-se-á a citação da lei antiga considerando que está sendo aplicada no curso dos presentes autos.

Nos termos do bem lançado Parecer Jurídico n. 18/2022 da AJDG ([0787811](#)), a pretensão de reajuste tem amparo no **art. 55, III, da**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Lei n. 8.666/93, pois trata-se de reajuste em sentido estrito, o qual determina a estipulação de critérios periódicos de reajuste, por sua vez reproduzidos expressamente no Contrato Administrativo nº 1/2019 ([0386835](#)). Veja-se:

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – Este Contrato poderá ser alterado unilateralmente pela administração CONTRATANTE ou por acordo entre as partes nos casos previstos pelo art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Primeira – Os preços dos serviços objeto do contrato, desde que observado o interregno mínimo de um ano, contado do orçamento da proposta - data limite para apresentação da proposta (art. 3º, § 1º da Lei n. 10.192/2001 e Acórdão TCU n. 19/2017 - Plenário) ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, contado da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados para preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato (art. 40, XI, c/c o art. 55, III, da Lei n. 8.666/93), adotando-se a variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, ante a ausência de índice setorial específico para serviços de tecnologia da informação.

Subcláusula Segunda – Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação do CONTRATADO.

Salienta-se que tal reajuste é procedimento automático, em que a recomposição se produz sempre que ocorra a variação de certos índices, independente de averiguação efetiva do desequilíbrio, de modo que subsiste o **poder-dever** da Administração em manter íntegra a equação econômico-financeira do contrato, haja vista que o reajustamento previsto se configura em obrigação, e não mera faculdade da Administração.

Dessa forma, o reajuste em sentido estrito, previsto em cláusula contratual, deve acontecer de forma automática pela Administração.

No caso sob análise trata-se de reajuste aplicado através do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, previsto em cláusula contratual, sendo devidos os respectivos valores contabilizados no período de novembro de 2020 a novembro de 2021.

Assim, o reajuste a ser aplicado no contrato, no percentual de **10,74%** (dez inteiros e setenta e quatro centésimos por cento), refere-se ao período de **novembro/2020 a novembro/2021**, e é decorrente da variação do IPCA no referido período. O impacto financeiro total deste reajuste é de R\$ 292.320,00 (duzentos e noventa e dois mil trezentos e vinte reais) e incide nos exercícios 2021 e 2022.

Por conseguinte, haverá necessidade de atualização dos valores do Contrato nº 1/2019 ([0386835](#)), fixando seu novo valor em **R\$ 3.176.940,00** (três milhões, cento e setenta e seis mil e novecentos e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

quarenta reais), devido ao impacto do reajuste aplicado, com fulcro no [§ 1º do art. 65 da Lei nº. 8.666/93](#).

Além disso, em cumprimento à **CLÁUSULA NONA** do contrato, **deverá a contratada apresentar** atualização/complementação da garantia contratual, conforme sistematizado no item **item V da minuta de Apostila contratual**.

Por todo exposto e por tudo que dos autos consta, considerando os termos do artigo 1º, II, da Portaria nº 66/2018:

a) Autorizo o reajuste do Contrato Administrativo n. 1/2019 ([0386835](#)), no percentual de **10,74%** (dez inteiros e setenta e quatro centésimos por cento), decorrente da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA aferida no período de **novembro de 2020 a novembro de 2021**, com efeitos financeiros sobre a Contratação a partir de **20 de novembro de 2021**, com fulcro no [art. 55, III, da Lei nº 8.666/1993](#) e ainda na Subcláusula Primeira da Cláusula Décima Sétima do Contrato Originário;

b) Determino a atualização dos valores do Contrato n. 1/2019, fixando seu novo valor em **R\$ 3.176.940,00** (três milhões, cento e setenta e seis mil e novecentos e quarenta reais) devido ao impacto do reajuste aplicado, com fulcro no [§ 1º do art. 65 da Lei nº. 8.666/93](#); e

c) Determino a complementação da garantia, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis após assinatura da apostila**, no valor de **R\$ 14.616,00** (quatorze mil e seiscentos e dezesseis reais), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do presente reajuste, em uma das modalidades previstas no [§ 1º do art. 56 da Lei n. 8.666/93](#), e ainda nos termos do [§ 2º do art. 56 da Lei nº. 8.666/93](#) combinado com a Cláusula Nona do contrato originário.

Encaminhem-se os autos à SAOFC para prosseguimento.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

LOPES, Diretora Geral, em 09/02/2022, às 18:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0788812** e o código CRC **F1470655**.

0001281-02.2018.6.22.8000